

DESAFIOS DA MATERNIDADE NO ÂMBITO ACADÊMICO, RECIFE, PERNAMBUCO

Barbara Gislayne Rodrigues da Silva Ferreira (1); Karina Campelo de Meneses (2); Ana Janaína Jeanine Martins Lemos(3); Fernanda das Chagas Angelo Mendes Tenorio (4); Carina Scanoni Maia (5)

^{1,2,4,5} *Universidade Federal de Pernambuco*; *Universidade Federal de Campina Grande*³; babigislayne@gmail.com; karinamcmenezes@hotmail.com; janainajeanine@yahoo.com.br; fcas14@hotmail.com; carina.scanoni@gmail.com;

Das ocupações femininas que causam desgaste e requer dedicação não apenas no local de trabalho, mas também em casa, destaca-se a área da docência no ensino superior. Tal fato requer muito mais que sala de aula e correções de provas, é preciso pesquisar e se atualizar constantemente. Nessa situação, a escolha da maternidade se configura como um momento difícil e cercado de dúvidas. Em virtude da escassez literária sobre a maternidade no contexto da docência-pesquisa, o presente trabalho teve como objetivo geral conhecer o perfil de docentes do ensino superior, dentro do atual contexto histórico-social-cultural frente ao desejo ou não, de gerar e cuidar de filhos em uma grande universidade no estado da Pernambuco. Para compor esse trabalho, foi realizada uma revisão da literatura no período de agosto a dezembro de 2017, cujos critérios de inclusão foram artigos publicados preferencialmente nos últimos 15 anos, e, utilizando-se de revistas nacionais. Os resultados obtidos mostraram que a maternidade na docência, não prejudica a atuação, nem o desempenho das docentes, no entanto, o tempo dedicado aos filhos foi reduzido e necessário ajuda durante a criação dos mesmos. Docentes que tem filhos trabalharam mais em regime de dedicação exclusiva, mas ambos os grupos de docentes (com e sem filhos) publicam no mínimo, um artigo por ano.

Palavras-chave: Maternidade; Ensino; Pesquisa e Extensão.

Introdução

O papel da mulher e da mãe, por muito tempo na sociedade, esteve ligado a categorias secundárias de pertencimentos e lugares. Esta posição pode ser percebida por meio dos discursos políticos e/ou religiosos que a colocavam em um lugar de submissão em que sempre devia obediência ao marido e tinha um lugar subalterno no quadro familiar.¹ No entanto, com as crescentes opções de controle da fertilidade, uma maior importância para o desenvolvimento de sua escolaridade e expansão no mercado de trabalho, as mulheres contemporâneas estão escolhendo o momento mais oportuno de engravidar, resultando no máximo adiamento desta última.²

Segundo dados do IBGE, no ano de 2010, 54,6% das mulheres estavam trabalhando ou à procura de trabalho, fato que tem sido atribuído principalmente à crescente qualificação profissional e ao interesse em conseguir independência econômica.³ Porém, segundo Oliveira et. al. (2013) a idade materna é um fator externo à gestação, portanto, implica no desenvolvimento do feto. O

ambiente intrauterino da idade reprodutiva oferece fatores de riscos significativos ao bebê, como vários tipos de anomalias cromossômicas.

Conforme Darzé (2013), o ideal seria uma gestação até os 35 anos, já que com o passar dos anos a fertilidade diminui e os riscos para a mãe e bebê aumentam. Somado a tais fatores, o desenvolvimento do feto, gerado em idades tardias, também pode sofrer prejuízos em consequência de doenças prévias, como a hipertensão e a diabetes; além das doenças específicas da gestação, como diabetes e hipertensão gestacional, e o próprio abortamento. Segundo Sousa et al (2011)⁴, mesmo apresentando melhores condições sociais e em raros casos, conseguir conciliar trabalho e maternidade, houve uma redução no tempo pessoal e na prática do lazer em função da construção da carreira profissional e cuidado com os filhos.

Das ocupações femininas que causam desgaste e requer dedicação não apenas no local de trabalho, mas também em casa, destaca-se a área da docência no ensino superior. Tal fato requer muito mais que sala de aula e correções de provas, é preciso pesquisar e se atualizar constantemente. Sendo assim, ser professora pesquisadora requer tempo de investimento temporal (graduação e pós-graduações) antes e depois de adentrar nas universidades (atividades de produção acadêmica) sem poder deixar para trás, as questões familiares.

Segundo dados da base do Currículo Lattes de 2013, o percentual de mulheres com doutorado era de 46,8%. Outros dados publicados pela CNPq apontam que houve um aumento de 37% de mulheres bolsistas no doutorado nos últimos cinco anos, chegando a igualar-se à participação masculina.⁵ No entanto, a sociedade contemporânea, além de definir a maternidade como um evento importante na vida de toda a mulher, faz com que os diversos papéis por ela assumidos – mãe, mulher e profissional – resulte em um verdadeiro acúmulo de tarefas que exige uma elasticidade nunca antes sequer imaginada.^{6,7}

Ademais, a especificidade do ensino teórico-prático que a docência universitária exige, requer esforço multidimensional por parte da professora, fazendo com que esta seja uma aglutinadora de conhecimentos, o que requer a busca constante por atualização na sua área de atuação, e se estes fatores forem somados à maternidade, podem-se desencadear diversos problemas de saúde à mãe/docente, tais como cansaço mental, exaustão emocional, problemas físicos de saúde, entre outros.^{6,7}

Não obstante as tarefas de ensino que a docente universitária assume, ela ainda tem que lidar com exigências de produção científica, participação e apresentação de trabalhos em eventos, projetos de extensão, orientações de trabalho de conclusão de curso, além das exigências dos programas de pós-graduação para o incremento da produtividade docente, expressa por publicação de artigos em revistas qualificadas por Coordenadorias de Aperfeiçoamento de Ensino Superior, entre outras atividades. Nessa situação, a escolha da maternidade se configura como um momento difícil e cercado de dúvidas e questionamentos, fazendo com que a maternidade se constitua cada vez mais em uma prática social que precisa ser repensada.⁸

Em virtude da escassez literária sobre a maternidade no contexto da docência-pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo geral conhecer o perfil de docentes do Ensino superior, dentro do atual contexto histórico-social-cultural frente ao desejo ou não, de gerar e cuidar de filhos.

Metodologia

Para compor esse trabalho, foi realizada uma revisão da literatura no período de agosto a dezembro de 2017, cujos critérios de inclusão foram artigos publicados preferencialmente nos últimos 15 anos, e, utilizando-se de revistas nacionais e internacionais.

Foi realizado um estudo transversal, descritivo, de cunho quantitativo, através da aplicação de questionários estruturados, construídos por perguntas claras e objetivas organizadas em planilhas no Microsoft Excel em percentuais.

A coleta de dados foi iniciada após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), observando as normas estabelecidas pela resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que descreve a pesquisa envolvendo Seres Humanos.

As participantes foram informadas previamente sobre os objetivos estabelecidos pelo estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As participantes da pesquisa foram asseguradas sobre o anonimato e sigilo das informações fornecidas.

Após uma breve apresentação (individual) do projeto para as docentes, foram entregues questionários sem necessidade de identificação, porém, estruturados, previamente testados e aperfeiçoados, que irão explorar diversas variáveis dentro de dois segmentos: Atividades

acadêmicas e Questões atreladas à maternidade, para as que já são mães e para as que ainda planejam.

Resultados e Discussão

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com um total de 40 docentes entrevistadas, apenas nove se recusaram a responder o questionário alegando falta de disponibilidade. No primeiro momento do questionário, as perguntas eram referentes ao perfil, trabalho e maternidade. Entre as que concordaram em responder as perguntas, 49% declararam ter filhos, e 51% que declararam não ter.

As docentes que já tiverem filhos têm idades entre 30 e 70 anos, das quais 87% possui regime de trabalho do tipo Dedicção Exclusiva, com 40 horas semanais (T40-DE) na instituição e 13% possuem o mesmo regime de 40 horas (Fig. 1), porém sem Dedicção Exclusiva (T40). De acordo com elas, 67% relataram trabalhar entre 8 a 10 horas de aula por semana, 20% ministram mais de 16 horas e 13% ministram de 12 a 14 horas de aula. Já as docentes que não têm filhos possuem idade entre 28 e 67 anos, das quais 75% são T-40-DE, 12,5% possuem regime de T-40 e 12,5% possuem regime de T-20. De acordo com o resultado do questionário 63% ministram entre 8 a 10 horas aula por semana, 31% de 12 a 14 horas/aula e 6% ministram mais de 16 horas por semana.

Em relação ao total de professoras com filhos (51%), 33% estão envolvidas na orientação e desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e TCC, além disso, também ensinam em programas de pós-graduação; 67% estão envolvidas apenas em projetos de pesquisa e TCC, e em programas de pós-graduação (Fig. 1).

De acordo com as docentes, 51% afirmam receber auxílio financeiro para desenvolver seus projetos e 49% afirma não receber nenhum auxílio. Entre as docentes que já tiveram filhos, 13% publicam em média três ou mais artigos no período de um ano, 40% publicam em média dois artigos e 47% afirma publicar apenas um artigo no mesmo período. Já entre as docentes que não tiveram filhos, 19% publicam três ou mais artigos no período de um ano, 37% dois artigos e 44% publica apenas um artigo no mesmo período (Fig. 1).

Em relação ao número de docentes que tem filhos, 47% afirma exercer algum cargo administrativo e 53% afirma não exercer nenhum. Já as docentes que não tem filhos, 50% exerce algum cargo administrativo e 50% não exercer nenhum cargo administrativo (Fig. 1).

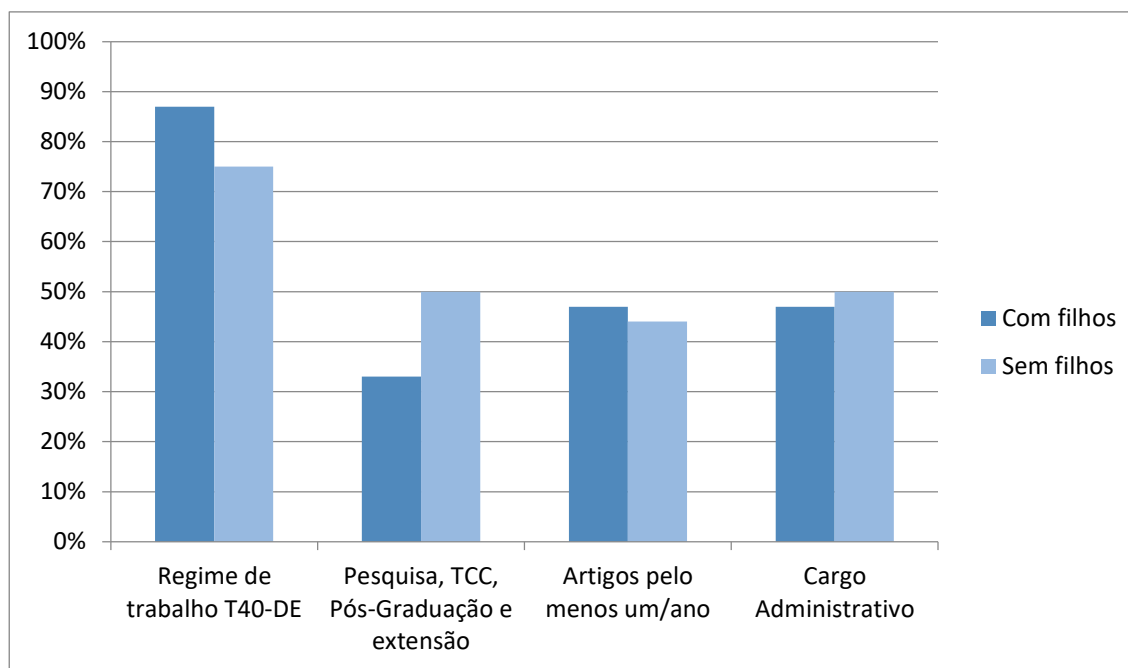


Fig.1. O gráfico representa um comparativo entre docentes que tem filho e que não tem em relação a Regime de Trabalho; Programas de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão; Publicação de Artigos e Cargo Administrativo.

De acordo com as professoras entrevistadas, 99% das que tem filhos afirmam sempre levar trabalho para casa e 1% afirmam que apenas às vezes; questionadas sobre trabalho no fim de semana 73% afirmaram que trabalham no fim de semana e 27% afirmaram que às vezes. Já as docentes que não tem filhos 81% afirmam sempre levar trabalho para casa, 12,5% afirmam levar às vezes e 6,5% afirma não levar trabalhos para casa; e quando questionadas sobre o trabalho nos fins de semana, 81% afirmaram que sempre levam trabalho para casa, 13% afirmaram que às vezes e 6% afirmaram que não trabalham no fim de semana (Fig. 2).

De acordo com as docentes que tiveram filhos, 100% declararam ter algum filho ainda morando com elas; 33% afirmam ter tido três ou mais filhos, 47% afirmam ter tido dois filhos e 20% afirmam ter tido apenas um filho. O filho mais novo tem um ano e oito meses e o mais velho tem quarenta anos de idade. 60% afirmam conseguir passar de 2 a 3 horas com os filhos e 40% afirmar passar de 4 a 6 horas. Quando questionadas sobre a ajuda que tiveram durante a criação dos filhos, 74% afirmaram ter tido ajuda, 13% afirmaram ter tido ajuda às vezes e 13% afirmaram não ter tido ajuda. 60% afirmaram sentir razoável dificuldade para exercer a maternidade e dar conta das atividades acadêmicas e 40% afirmaram sentir muita dificuldade. Quando questionadas sobre como classificariam sua presença como mãe na vida dos filhos, 67% admitiram ser razoavelmente presentes, 27% afirmaram ser bastante presentes e 6% afirmaram ser pouco presentes.

De acordo com as docentes que não tiveram filhos, 44% afirmaram não ter nenhuma vontade de ter filhos e 56% afirmaram ter vontade de ter um ou mais filhos. Quando questionadas sobre os motivos de não ter tido filhos, 31% afirmaram ser por causa do trabalho, 37,5% afirmaram que não tiveram vontade, 12,5% afirmaram ter problemas de saúde e 19% não admitiram o motivo.

No segundo momento do questionário, o tipo de abordagem foram às questões ligadas a saúde. Entre as docentes que já tiveram filhos, 40% afirmam não praticar atividade física, 20% diz praticar exercícios às vezes e 40% afirmam praticar atividades físicas; 47% afirma que consegue se alimentar de forma saudável e nas horas apropriadas, 27% afirmam que às vezes conseguem e 26% afirma não conseguir se alimentar de forma saudável e nas horas apropriadas. Entre as docentes que não tiveram filhos, 49% afirma não praticar atividades físicas, 12,5% afirma praticar às vezes, e 38,5% afirmam praticar alguma atividade física; 50% afirmam conseguir se alimentar de forma saudável e nas horas apropriadas, 37,5% afirmam que às vezes se alimentam de forma saudável e na hora certa e 12,5% afirma não se alimentar de forma saudável e na hora certa. (Fig. 2)

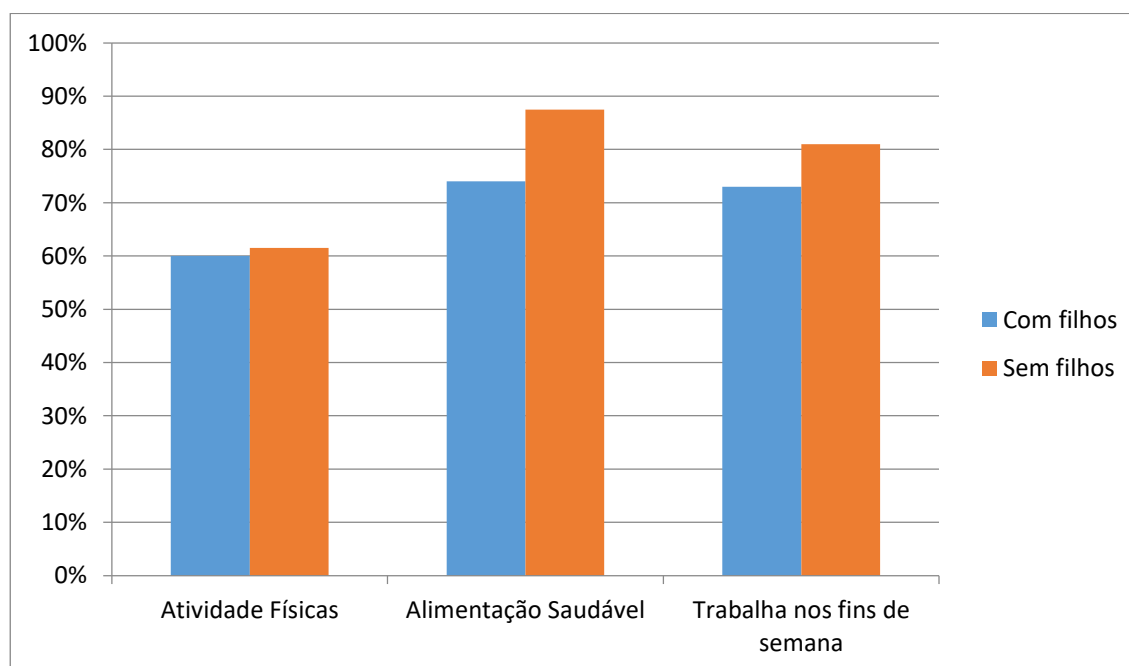


Fig2. O gráfico representa um comparativo entre docentes com filhos e sem filhos, relacionado À Prática de Atividades Físicas; Hábitos de Alimentação Saudável e Regime de Trabalho nos Fins de Semana.

Em relação ao número de docentes que já tiveram filhos, 88% afirmaram fazer exames anualmente, 6% afirmaram que fazem apenas quando o médico solicita e 6% afirmaram que não fazem. Quando questionadas sobre o exame preventivo, 80% afirmaram que fazer anualmente e 20% apenas quando o médico solicita. De acordo com elas, 47% classifica como pouca a

disponibilidade de cuidar de si mesma, 33% classifica com razoável e 20% classifica como muito boa.

Em relação ao número de docentes que não tiveram filhos, 81% afirmaram fazer exames anualmente, 6% afirmaram não fazer exames e 13% afirmaram fazer apenas quando médico solicita. Quando questionadas sobre se faziam o preventivo anualmente, 81% afirmaram que sim, 13% afirmaram não fazer e 6% apenas quando médico solicita.

É de domínio público, o conhecimento sobre a expansão da mulher no mercado de trabalho em especial na docência em universidades, quando além de ministrar aulas e corrigir provas, precisa também pesquisar e atuar em demais atividades como extensão, gestão administrativa e dentre outros. Atrelado a todas essas responsabilidades, existe o conflito ou desafio da maternidade caso a mesma opte por esta.

O crescimento frequente da presença feminina na esfera do trabalho traz também à tona uma situação cada vez mais constante na atualidade que é a mudança de gênero na manutenção da família. No Brasil, segundo dados do censo do IBGE (2000), as famílias chefiadas por mulheres representam 24,9% dos domicílios brasileiros. O Nordeste é a região brasileira que apresenta a maior proporção de domicílios chefiados por mulheres, com 25,9%, acompanhado da região sudeste com 25,6%. Segundo Berquó (2001), as chefias femininas crescem no país como um todo, é um fenômeno tipicamente urbano.

As desigualdades de gênero são observadas em diferentes esferas da sociedade. Mesmo com os avanços sociais, econômicos, políticos e culturais observados nas últimas décadas, as mulheres continuam em desvantagem em relação aos homens. Neste sentido, tanto o mercado de trabalho como o ambiente familiar ainda podem ser vistos como espaços que reforçam estas desigualdades, principalmente para mulheres que desejam exercer seus direitos como trabalhadoras e mães.⁹

As ocupações com características mais modernas, competitivas e com possibilidades de carreira, como são as de nível superior, podem fazer com que as mulheres posterguem a maternidade, reduzindo com isso a sua parturição final. Ou seja, mulheres com objetivos e expectativas em relação à profissão tenderão não somente a ter um número menor de filhos, mas a tê-los em idades mais avançadas.^{9,10} Ao escolher ser mãe, por exemplo, a mulher considera a perda (ou o não recebimento) de potenciais ganhos advindos da participação no mercado do trabalho. Para essas duas correntes teóricas, o conflito vivido pelas mulheres que trabalham ou desejam trabalhar

fora e que têm crianças ou desejam tê-las, tem sido a base para se entender como a inserção da mulher no mercado de trabalho pode afetar a maternidade. Como bem destacam Bonner (2015) e Fang et al (2013).

Nossos resultados mostraram que os filhos não interferiram no ensino e nem na produção científica das doentes entrevistadas. Porém, tais fatos podem ser justificados por um grande percentual relatar que recebeu ajuda na criação dos filhos, a condição social de poder pagar por uma funcionária do lar, bem como flexibilidade de horários e parceiros que ajudam. Conseguem praticar atividade física, alimentarem-se nos horários apropriados e fazer exames de saúde com certa periodicidade. No entanto, observou-se um número reduzido de filhos, ou seja, 47% declararam ter até dois filhos, que 60% relataram ter apenas entre duas a três horas para se dedicarem aos filhos e mais de 60% reconhece que deveria dispor mais de tempo para se dedicar aos filhos. Das que não tinham filhos, 44% não desejam ser mães.

Conclusão

Pelos resultados obtidos, conclui-se que é possível conciliar a maternidade com a vida acadêmica, porém, o número de filhos é reduzido, bem como o tempo de dedicação para os mesmos também. Além disso, os dados relacionados a regime de trabalho, pesquisas, TCC, programas de extensão, administrativos provam que não há tantas diferenças entre as docentes com filhos e as sem filhos. Comprovando que os filhos muitas vezes não interferem negativamente na carreira. Das entrevistadas que não tinham filhos, mais da metade afirmou não desejar tê-los, cuja justificativa foi por causa do trabalho.

Referências

1. EMÍDIO, T. S.; HASHIMOTO, F. Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. **Colloquium Humanarum**, n. 5, v. 2, p. 27-36, 2008.
2. OLIVEIRA, D. R.; ROCHA, D. S.; COLISSI, J. C.; SIFUENTES, M. A mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Anais da VI Mostra Científica do CESUCA**, n. 1, v. 7, p. 1-12, 2013.

3. MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Revista Estudo Feminina**, n. 18, v. 2, p.547-566, 2010.
4. SOUZA, I. F.; TEIXEIRA, K. M. D.; LORETO, M. D. S.; BARTOLOMEU, T. A. Não tem jeito de eu acordar e dizer: hoje eu não vou ser mãe! Trabalhos, maternidade e redes de apoio. **In revista brasileira de economia doméstica**, n. 22, v. 1, p. 46-63, 2011.
5. GROSSI, M. G. R.; BORJA S. D. B.; LOPES, A. M.; ANDALÉCIO A. M. L. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Revista Estudos Feminina**, n. 24, v. 1, p. 11-30, 2016.
6. MERIGHI, M. A. B.; JESUS, M. C. P.; DOMINGOS, S. R. F.; OLIVEIRA, D. M.; BAPTISTA, P. C. P. Ser docente de enfermagem, mulher e mãe: desvelando a ciência sob a luz da fenomenologia social. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, n. 19, v. 1, [8 telas], 2011.
7. QUEDNAU, Fernanda Sutoff. O conflito entre a maternidade e o trabalho na mulher pós-moderna. 2007. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de Psicólogo da Faculdade de Ciências da Saúde.
8. MERIGHI, M. A. B.; JESUS, M. C. P.; DOMINGOS, S. R. F.; OLIVEIRA, D. M.; BAPTISTA, P. C. P. Ser docente de enfermagem, mulher e mãe: desvelando a ciência sob a luz da fenomenologia social. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, n. 19, v. 1, [8 telas], 2011.
9. HEWLLET, S. A. (2002), **Creating a life: professional women and the quest for children**. New York: Miramax Books.
10. BREWSTER, K. L., RINDFUSS, R.R. (2000), “Fertility and women’s employment in industrialized nation”. **Annual review sociological**, v.26, pp.27196.